

A GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS EXPERIÊNCIAS DOS AGRICULTORES

Celso Antonio Favero*

RESUMO: Com este artigo, examinamos as mutações que se operam no nível das experiências de agricultores envolvidos pelas dinâmicas da globalização. O eixo da análise se articula em torno de práticas de atores inseridos em contextos ao mesmo tempo assimétricos e marcados por grandes analogias. De acordo com a nossa hipótese básica, os anos 80 marcam para a agricultura mundial o esgotamento do produtivismo, caracterizado como um modelo pautado pelas idéias de nacional, universal e hierarquia, e a emergência das dinâmicas da globalização, que são ao mesmo tempo de alargamento e estreitamento das fronteiras dos espaços sociais. Para a realização dessa análise, examinamos os casos americano e brasileiro. Em ambos, as realidades são profundamente heterogêneas, favorecendo a emergência de experiências também diversificadas, freqüentemente articuladas em redes, sem sacrificar a originalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização, produtivismo, agricultura, cadeias produtivas, organização de produtores.

PRODUÇÃO, REGULAÇÃO E EXPERIÊNCIAS SOCIAIS

Após 1980, os países industrializados e os menos industrializados foram inseridos numa competição acelerada, que transformou profundamente os seus sistemas de produção, circulação e consumo de bens e de serviços. Essas transformações, não obstante terem abalado o conjunto dos sistemas econômicos, políticos e sociais, foram marcadas por diferenças em termos de intensidade e de velocidade, bem como pela hete-

* Professor/pesquisador da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

roogeneidade e pela exclusão de setores de produção, de países, de regiões e de grupos sociais. Os sistemas agroalimentares não foram poupados por essas dinâmicas. Como poderíamos explicar as mudanças fundamentais que se operaram nesses sistemas?

Dos Setores Econômicos às Cadeias Globalizadas e do Rural ao Agrícola

Após os anos trinta, a agricultura foi concebida como um setor econômico e, especialmente, como o setor retardatário por excelência. Ela era também uma agricultura nacional e o seu centro de gravidade estava na produção. No entanto, no interior do setor, a concorrência se fazia particularmente pelo aumento da produtividade, já que a produção era fortemente estandardizada em termos de produtos e de sistemas de produção, e o desenvolvimento econômico se fazia essencialmente através da industrialização. Através dessas dinâmicas, operava-se, por um lado, uma ruptura entre o rural (espaço social) e o agrícola (sistema de produção) e, por outro lado, esquecia-se o rural e reforçava-se o agrícola. A agricultura, para desenvolver-se, deveria se integrar à indústria. Em termos históricos, esses processos de industrialização da agricultura tornaram-na crescentemente heterogênea, constituindo uma multiplicidade de cadeias agroalimentares, primeiro nacionais, depois transnacionais (GEREFFI et al., 1994).

Esses processos não se realizaram de forma homogênea e generalizada em termos de intensidade e de velocidade. Eles foram marcados por diferenças quanto aos países, as regiões, as cadeias de produção e aos grupos sociais. Atualmente, a agricultura é constituída, num primeiro nível, por três estruturas ou sistemas: um, especializado e voltado para a produção em massa para os mercados mundiais; outro, especializado e voltado para nichos do mercado, diferenciados em termos de qualidade; finalmente, o terceiro sistema refere-se a uma agricultura bloqueada e marginalizada, ou a uma agricultura de pobres. No seu nível especializado (estandardizado ou não), a agricultura atual é formada por cadeias

especializadas que se articulam em torno de produtos específicos ou de alguns produtos próximos (GREEN e ROCHA DOS SANTOS, 1993).

É verdade que as cadeias de produção não constituem um fenômeno histórico novo na agricultura. Conforme nos mostram alguns autores (CHONCHOL, 1994; GEREFFI et al., 1994), ainda no período mercantilista, o setor agroexportador em todas as Américas era organizado em cadeias. Novo é, no entanto, o caráter hegemônico da agricultura organizada em cadeias. Novo é também o fato que, após 1980, as concepções que consideram a agricultura não mais como um setor, mas como uma série de cadeias, se tornaram correntes. Algumas dessas concepções chegam mesmo a reduzir a agricultura a essas redes, escondendo a existência de um setor agrícola tradicional, diversificado, marginalizado e excluído, relativamente vasto em países como os da América Latina. Através dessas concepções, a agricultura se reduz à produção, perdendo-se de vista a sua dimensão social. Do nosso ponto de vista, consideramos que o resultado das diversas dinâmicas que envolveram a agricultura geraram um espaço social fragmentado, compreendendo cadeias, nichos de especialidades e oceanos mais ou menos vastos de agricultores excluídos ou bloqueados, desenvolvendo métodos de produção considerados arcaicos.

Da Regulação Estatal Produtivista à Bricolagem Operada pelo Mercado

Na medida em que se considerou a agricultura como um setor econômico atrasado e especial (MOUNIER, 1992), desenvolveu-se um esforço visando superar esse atraso e inseri-la em dinâmicas que extrapolavam as suas próprias fronteiras. Após os anos 30 nos países industrializados, e após os anos 60, em outros países como os da América Latina, o Estado nacional assumiu o comando desses processos. Ele desenvolveu vastos arsenais de medidas visando incentivar e acelerar a modernização do setor, além de proteger os agricultores contra riscos vindos da natureza e do mercado. Mediante esses esforços, os agricultores se especializa-

ram e a agricultura se integrou à indústria, contribuindo para o aprofundamento da heterogeneidade no interior do setor.

Esses sistemas de regulação variaram entre os países, constituindo basicamente dois modelos. Nos Estados Unidos e no Canadá, além da Europa, foram desenvolvidos sistemas de políticas agrícolas ao mesmo tempo universais (partilhavam uma base mínima) e especializados (DEBAILLEUL, 1989). Através desses sistemas de políticas, operou-se uma profunda seleção no setor, reduzindo drasticamente o número de agricultores. Esses sistemas também contribuíram para acirrar a especialização no setor e a integração dos agricultores em cadeias agroalimentares (CASTLE, 1993; BOLLMAN et al. 1992). Convém sublinhar, ainda, que, na América do Norte, os agricultores excluídos por esses processos foram integrados a outros setores da economia e à vida urbana. Na América Latina, no entanto, os sistemas de políticas agrícolas modernizadoras foram seletivos e excludentes, voltando-se para determinadas sub-regiões, produtos e tipos de produtores. Nessa região, ao mesmo tempo em que se acelerou a especialização de um determinado subsetor da agricultura, integrando-o em cadeias agroalimentares, desenvolveu-se uma agricultura bloqueada (BAUDEL WANDERLEY, 1996) e um vasto oceano de agricultores excluídos (MARTINS, 1989).

Os anos 70 e 80 foram marcados por uma profunda crise que atingiu em cheio a agricultura mundial. Em meio a essa crise, desenvolveram-se paralelamente três grandes dinâmicas, que abalaram os modos de pensar e de agir dos agricultores: as grandes negociações internacionais, sobretudo na Rodada Uruguai do GATT e nos Acordos Econômicos Regionais; os movimentos ecológicos e as análises pautadas em suas idéias; o confronto entre o desenvolvimentismo e as teorias neoliberais. Essas dinâmicas conjugadas tiveram o mérito de colocar a nu os problemas gerados pelo produtivismo na agricultura, provocando a necessidade de uma mudança de paradigmas societários e de modelos de desenvolvimento. A partir disso, nos anos 90, um pouco em todos os países, adotam-se novas concepções e modelos de desenvolvimento agrícola, fundados em noções como as de "competitividade" (GREEN e ROCHA DOS

SANTOS, 1993), "desenvolvimento rural" (OCDE, 1996; WUHL, 1992), "desenvolvimento local" (TEISSERENC, 1994), e mesmo de "economia social", "solidária" ou "comunitária" (LÉVESQUE, 1996). Para a construção dessas noções, parte-se da idéia de que os atores sociais e os seus objetivos na agricultura são heterogêneos, o que favorece a emergência de um espaço social fragmentado, onde cada fragmento é constituído por atores que mantêm entre si relações de parceria.

A noção de parceria é a chave da nova concepção de desenvolvimento, que é apreendida pela idéia de "aprender fazendo" (GREEN e ROCHA DOS SANTOS, 1993). Em primeiro lugar, coloca-se de lado as idéias já construídas, sobretudo aquelas dos agentes estatais; em segundo lugar, desloca-se o centro da dinâmica do nacional e do Estado para a comunidade; finalmente, os agentes que participam das propostas de desenvolvimento, tanto indivíduos quanto grupos, não abdicam de suas identidades, mas constituem redes a partir de propostas bem delimitadas. Nesse sentido, parceria é *todo sistema de cooperação institucionalizado, implicando tanto acordos juridicamente comprometedores quanto arranjos informais* (JOYAL e JEAN, 1994).

A implicação mais evidente desse novo modelo é o desengajamento ou o descomprometimento do Estado como agente promotor do desenvolvimento. Além disso, na medida em que se concebe a realidade social em termos de heterogeneidade, as dinâmicas de desenvolvimento só se viabilizam na medida em que as próprias comunidades, através dos seus atores, decidem implementar dinâmicas nesse sentido. Em princípio, a capacidade de mobilização de pessoas e de recursos é a medida da capacidade de desenvolvimento de uma determinada comunidade. No entanto, esta mesma capacidade de mobilização de uma comunidade depende de fatores diversos, naturais, econômicos, políticos, sociais e culturais.

Dos Atores Sistêmicos aos Múltiplos Atores

Na sociologia moderna, a ação social é caracterizada basicamente segundo o seu grau de institucionalidade. Essencialmente, ela é a ação de organizações e se constitui de modo relativamente independente dos sujeitos. Ou seja, os atores realizam as suas ações sobretudo na medida em que criam e se inserem em instituições. No caso dos agricultores, no curso deste século, essas instituições foram particularmente os sindicatos e as cooperativas. Estes eram organizados de forma hierárquica, a partir dos Estados e em termos nacionais. Em geral, os atores esgotavam-se nessas organizações, de modo que as ações sociais realizadas no exterior das mesmas não eram reconhecidas como legítimas. Na América Latina, além de não serem oficialmente reconhecidas, elas foram passíveis da repressão perpetrada pelas forças públicas dos Estados e de setores dominantes na agricultura (MARTINS, 1981).

A partir dos anos 70, essas organizações (instituições) tradicionais entraram em crise, permitindo a emergência de uma vasta pluralidade de novos movimentos e organizações sociais (NILSSON et al. 1997; MOONEY e MAJKA, 1995; SILVA, 1993). Nessas novas dinâmicas, em geral, o aspecto institucional (estático) foi substituído pela idéia de movimento. Seguindo esse processo, já no final dos anos 80, fomos introduzidos na era das redes (SCHERER-WARREN, 1993), que representam uma forma nova de superação da fragmentação.

É verdade que o fenômeno social das redes não é novo na história da sociologia. Nas ciências humanas, a noção de rede é mais conhecida na economia, onde ela designa, por exemplo, as redes de empresas. Na Sociologia, esta noção não é estranha. Retomando Durkheim, vários sociólogos a utilizam no estudo de relações informais entre pessoas idosas (LITWIN, 1996), por exemplo. Atualmente, ela começa a tomar novas perspectivas, para designar dinâmicas relativas a atores sociais coletivos (LEROY, 1997; SCHERER-WARREN, 1993) que se articulam não prioritariamente de forma institucional, mas com base na "confiança" (FUKUYAMA, 1996). Como podemos explicar essa nova dinâmica?

Enquanto a sociedade moderna, que era também uma sociedade universal e nacional, era fundada na idéia de coesão (noção tipicamente sociológica), a sociedade contemporânea, que pretende ser uma sociedade heterogênea ou global, é fundada na noção de coerência (noção política e jurídica). Essas noções refletem modos particulares de organizar a economia e a sociedade (CASTEL, 1995; GUYOMARD, 1995). Enquanto o princípio da coesão social, envolvendo também as dimensões política e econômica, visa favorecer a homogeneização dos cidadãos e a integração dos operadores econômicos e de outros atores, a noção de coerência visa favorecer a integração política, convida a um equilíbrio institucional e implica uma hierarquização apropriada de normas comuns.

Historicamente, após 1940, sobretudo nos países industrializados, as políticas econômicas e sociais pretenderam desenvolver uma crescente coesão social, particularmente no plano nacional. Para isso, criou-se o Estado de Bem-estar social, a quem cabia fazer a redistribuição dos produtos sociais. Inseridas nesse contexto, as políticas agrícolas americanas, por exemplo, visavam essencialmente desenvolver um maior nível de igualdade de renda entre os trabalhadores agrícolas e industriais. No Brasil, o discurso desenvolvido pelo Estado ia no mesmo sentido. No entanto, neste País, muito mais do que nos Estados Unidos, o discurso serviu para esconder a dinâmica do real, ou seja, o aprofundamento da desigualdade e da exclusão social. Operava-se assim uma dicotomia entre o real e o prometido.

Atualmente, as políticas econômicas e sociais se propõem a obter uma maior coerência (e não coesão) no nível global. No modelo anterior, a obtenção de uma maior coesão supunha a existência de um agente centralizador (como o Estado), e da articulação verticalizada de estruturas e de atores ao redor do mesmo. Na concepção fundada na idéia de coerência, pelo contrário, a sociedade é concebida primeiramente como um espaço heterogêneo, que se articula, num segundo nível, sobre uma base jurídica comum. As cadeias de produção constituem uma das expressões dessa heterogeneidade. Com essa concepção visa-se essencialmente favorecer a igualdade de condições entre os agentes no plano da competição,

mesmo se assim se gera mais desigualdades sociais. Além disso, atribuiu-se grande importância à noção de espaço.

Na sociologia moderna, o espaço era essencialmente um espaço físico, um meio vazio, continente indiferente ao conteúdo, sobre o qual se exercia uma ação ao mesmo tempo "humanizadora" e destruidora da natureza. Este espaço, concomitantemente universal e nacional, era organizado segundo um esquema centro-periferia (LEFEBVRE, 1986). Mesmo se o centro e a periferia se opunham, estavam integrados e ligados por mecanismos de interdependência, fazendo esperar uma homogeneização ou coesão gradual. Esta esperança de coesão provinha sobretudo da transferência de plantas industriais dos centros para as periferias, e de tecnologias de um setor para outro, na medida em que os produtos e os procedimentos se estandardizavam. A integração no interior dos Estados nacionais se fazia pela inclusão evolutiva em torno de pólos industriais (VELTZ, 1996) ou das políticas regionais. Ela fazia parte de uma estratégia nacional, que visava a homogeneização gradual por meio da industrialização.

Com os processos de globalização, emerge uma nova concepção do espaço, definido como território (TEISSERENC, 1994), permitindo-se a introdução das noções de fragmentação, de parceria e de rede. O novo espaço é antes de tudo local, articulando-se em termos globais através da idéia de coerência. Ou seja, novamente, articula-se o heterogêneo que constituiria desse modo uma realidade espacial única, à realidade jurídica global. Com isso esconde-se que, mais que funcionalmente integradas nos níveis jurídico e político, os atores e as realidades se opõem, se confrontam e se excluem.

Essas mudanças em termos de concepções, de experiências e de formas de organizações se desenvolvem em ritmos, intensidades e formas bastante variadas, gerando e aprofundando as desigualdades sociais no interior da agricultura. O estudo dos casos americano e brasileiro parecem paradigmáticos nesse sentido, na medida em que se opõem quase radicalmente.

NOVOS CONTEXTOS E NOVOS ATORES

Situações Diversas, Percursos Diversos

Estudiosos da agricultura (COCHRANE, 1979; WINSON, 1993; MOUNIER, 1992) mostram que não é possível entender a mesma na sua situação atual e na sua enorme diversidade, sem se recorrer à longa história. Partilhando deste ponto de vista, entendemos que se deve buscar no passado algumas explicações essenciais das dinâmicas atuais que envolvem os agricultores.

Nos primórdios da agricultura nas Américas, algumas características eram bastante comuns a todos os países, por exemplo, a existência de um setor voltado para a produção agroexportadora. No entanto, desde o início, a agricultura de cada país tinha características muito próprias, relacionadas com o tipo de colonização, a existência ou não de trabalho escravo, a importância das populações nativas, as experiências trazidas pelos colonos, o volume e a densidade das populações, os produtos cultivados e muitas outras. No final do século passado e no início deste, com a aceleração dos processos de industrialização e urbanização, intensificou-se de forma mais ou menos generalizada a produção para o consumo interno. Mas, se em alguns países a produção para o mercado interno constituía um elemento central do desenvolvimento, em outros, ela permaneceu marginal até recentemente.

No presente século, duas crises demarcam de forma mais nítida as trajetórias das agriculturas nacionais nas Américas: a crise de 1930, que levou à instauração do produtivismo, e a crise do produtivismo a partir dos anos 70, que vem favorecendo a inserção das agriculturas nas dinâmicas da globalização. Com essas crises que afetaram cada país e cada ator de forma específica, e apesar de se ter adotado formalmente os mesmos modelos em quase todos os países, cada país e cada ator seguiu um caminho próprio, aprofundando mais e mais as diferenças entre tipos de agricultores, sistemas de produtos e países.

A Agricultura Americana do Produtivismo à Globalização

Frente à crise de 1930, pouco a pouco, o Estado americano erigiu um sistema de políticas agrícolas, compreendendo instrumentos de proteção e de apoio, que cobria de alguma forma todos os agricultores e todos os produtos. Os impactos estruturais desse processo se fez sentir imediatamente. Entre 1930 e 1990, por exemplo, caiu vertiginosamente o número de agricultores, a produção agrícola se tornou questão de especialistas articulados à indústria, e a produção, a produtividade e a renda média dos agricultores cresceram de maneira significativa (DEBAILLEUL, 1989). Com esse processo, operou-se uma crescente seleção e a diferenciação entre os agricultores americanos (CASTLE, 1993). Mas, apesar de ter sofrido grandes transformações estruturais, a agricultura americana conserva ainda hoje uma das suas características mais marcantes, o seu caráter familiar (HALLAN et al. 1993), mesmo se, sob o nome "familiar", não se designa hoje a mesma coisa que nos anos quarenta (ABRAMOVAY, 1989).

No quadro dos instrumentos de políticas agrícolas americanas do pós 1930, duas medidas legislativas foram fundamentais: o *Agricultural Adjustment Act*, de 1933 (que foi reformada em 1938) e o *Agricultural Act*, de 1949. A primeira medida [...] *queria ser uma resposta à profunda crise que atravessava a agricultura americana em virtude da Grande Depressão*", enquanto a segunda propunha [...] *assegurar uma renda aos agricultores graças ao pagamento pelo governo federal da diferença entre o preço de mercado e um preço objetivo*" (DEBAILLEUL e EHRENSAFT, 1987, p. 133). Apesar das numerosas modificações sofridas desde então por essas leis, até o final dos anos 80, elas constituíram nos Estados Unidos a base maior em matéria de ajustes, de preços e de comércio internacional de produtos agrícolas.

Ou seja, a partir dessa base jurídica, e com o fim de estabelecer novas regras e prioridades, a cada período de aproximadamente cinco anos, foi negociada e adotada uma nova Lei Agrícola (*Farm Bill*). Após os anos 70, as negociações visando elaborar esses programas tornaram-se cada vez mais intensas e freqüentes, opondo os liberais aos "conservado-

res". Esta durabilidade de um quadro jurídico de base, indica o pragmatismo e o nível de flexibilidade do sistema. Durante as últimas décadas, em virtude dessa flexibilidade, os governos americanos puderam passar de posições protecionistas a posições liberais, de acordo com as exigências nacionais e internacionais, apenas reforçando um artigo ou uma lei em detrimento de outro.

Se a crise dos anos trinta levou essencialmente ao fechamento dos sistemas de produção agrícolas no nível nacional (sem diminuir as exportações) e à obtenção de uma maior coesão social interna, a dos anos setenta parece levar à transnacionalização (sempre conservando a segurança alimentar interna) e à fragmentação desses sistemas. Dois fenômenos contribuíram de maneira especial para essas recentes mudanças: as negociações multilaterais visando os Acordos do GATT (atualmente OMC), entre 1983 e 1994, e do NAFTA, entre 1992 e 1994. Em ambos os casos, as idéias dominantes são as de coerência e competitividade. Os impactos dessas decisões no plano das políticas agrícolas americanas demoraram para aparecer. De um modo geral, eles se fizeram sentir de forma mais concreta somente durante os anos 90, através do corte nas despesas e pela crescente flexibilização no nível das regras. De acordo com dados da OCDE (1996), por exemplo, entre 1986 e 1995, mas especialmente em 1995, os Estados Unidos baixaram os níveis de subvenção à produção agrícola de 30% para 15%.

Mas é através da Lei Agrícola de 1996 que se opera a grande virada nos sistemas americanos de políticas agrícolas. Através dessa lei, o setor agrícola passa a ser concebido através da idéia de fragmentação, o que permite ao Estado realizar intervenções direcionadas e pontuais. A Lei define também quais são os produtos que ainda merecerão apoio do Estado, além da duração e dos níveis de apoio que lhes poderão ser atribuídos (OCDE, 1996). Ela visa adaptar o sistema agrícola nacional aos Acordos do GATT e do NAFTA.

As grandes novidades introduzidas por esta lei são a questão ambiental e o "desenvolvimento rural". De acordo com o próprio discurso do

Presidente americano por ocasião do lançamento dessa lei, o desenvolvimento rural constitui a chave das novas políticas agrícolas americanas. Para ele, a idéia que deve governar tudo é: *one size fits all*. Mas, enquanto o desenvolvimento rural permite vislumbrar a questão da desigualdade social existente no setor e, em função disso, tomar medidas visando a reinserção dos setores considerados atrasados a um determinado nível de desenvolvimento, a questão ambiental perpassa todo o sistema de produção agrícola, mesmo o setor já propriamente industrializado. Convém sublinhar ainda que, de acordo com a visão do governo americano, o desenvolvimento rural visa ao mesmo tempo integrar os setores agrícolas atrasados ao sistema globalizado e retomar a idéia de ruralidade. No entanto, no nível institucional (do Departamento da Agricultura), o programa de desenvolvimento rural é subordinado às idéias de competitividade e de produção agrícola, exemplificando de forma clara a concepção de uma política agrícola fundada na idéia de flexibilidade.

Por fim, vale ressaltar que no sistema do produtivismo os agricultores tiveram uma participação relativamente importante nas decisões referentes às políticas agrícolas, sobretudo nas decisões quinquenais. Nesse período, com o objetivo de tomar decisões, o governo federal e as duas Câmaras do Congresso organizavam espécies de audiências públicas (*hearings*), onde todos os agentes interessados, freqüentemente representados por *lobbies* cada vez mais profissionalizados e poderosos, expunham os seus pontos de vista e negociavam tentando atingir um mínimo de consenso (REVEL e RIBOUD, 1981). Através dessa forma de organização, aparentemente muito democrática e fundada "na ideologia do consenso" (CASTLE, 1993), esconde-se a existência de excluídos, ou seja, dos que não dispunham de *lobbies* eficazes.

A intervenção organizada dos agricultores se fazia também através da participação nos *Marketing Orders*. À semelhança das Câmaras Setoriais do Brasil, estas instituições, previstas em lei, eram organizadas em termos de produtos, permitindo a integração dos agricultores nos sistemas oficiais de tomada de decisões e nas dinâmicas da própria cadeia. Vale ressaltar por fim que a integração dos agricultores nesses espaços de nego-

ciações se fazia essencialmente através de suas organizações institucionalizadas, sindicais ou cooperativas.

A Agricultura Brasileira do Produtivismo à Globalização

No Brasil, até meados dos anos sessenta, a despeito dos grandes debates e lutas então desenvolvidos em torno de questões como a da terra e das relações de dominação, as grandes *plantations* continuaram a produzir para a exportação, sendo que, na periferia delas, produzia-se para o mercado interno. Este modelo de produção foi levado ao seu esgotamento durante os anos 50, quando a produção para o mercado interno já não conseguia atender à crescente demanda interna de alimentos e aprofundavam-se as injustiças e os conflitos no setor.

A partir dos anos sessenta, para realizar a modernização de sua agricultura, o Brasil pautou-se no modelo americano da Revolução verde e num pacto estabelecido entre o capital industrial e comercial, sobretudo multinacional, e o Estado militar. Ela se apoiava na intervenção massiva do Estado e de grandes empresas industriais e comerciais, na forte demanda internacional de alimentos e nas facilidades de obtenção de financiamentos externos (CHONCHOL, 1994). A agricultura brasileira contou também com a utilização do *know how* de grandes firmas de negócios (BERTRAND, HILLCOAT e JENSEN, 1992).

Historicamente, o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504), que consagrou a vitória dos setores modernizantes brasileiros contra os setores reformistas, foi o sinal esperado pelas empresas de que poderiam contar com o apoio estatal. O governo militar centralizou o poder de decisão e erigiu um sistema original de políticas agrícolas ou de modos de intervenção, associando produtos, produtores, associações representativas de agricultores e órgãos oficiais aos mecanismos do mercado (FAO, 1992). Os três pilares principais desse sistema foram: 1) as políticas de crédito e de fixação de preços mínimos; 2) as ações no âmbito da comercialização, das taxas de câmbio e das políticas fiscais e de subvenção à exportação; 3) a

regulação dos mercados de trabalho, fixando um mínimo de proteção aos trabalhadores rurais.

Esta modernização se define antes de tudo por seu estilo excludente (CHONCHOL, 1994). Através dela, formaram-se novos complexos agroindustriais (SILVA, 1994) ou verdadeiros "conglomerados multi-produtos e multi-regiões" (BARKIN, 1994). A modernização da agricultura brasileira foi "conservadora e seletiva", favorecendo o aprofundamento do fosso separando os setores modernos dos setores arcaicos e a produção doméstica da produção para exportação (BARKIN et al., 1994). Reproduzia-se assim a heterogeneidade já existente entre produtos e a desigualdade entre regiões.

Com a crise econômica do início dos anos 80, o Estado começou a diminuir progressivamente o nível de intervenção no setor, notadamente através da diminuição do crédito e das taxas de subvenção para o setor. A partir de 1986, quando o governo brasileiro escolheu novamente a agricultura para pagar o preço da retomada do crescimento econômico (LOPES, 1996), essa reforma foi acelerada. Essas novas medidas visavam a desregulação dos mercados agrícolas, a redução do nível de intervenção do Estado no setor e o corte drástico de despesas públicas, atingindo os setores de abastecimento (preços mínimos, estoques reguladores, etc.), de crédito, de comercialização (café, cacau, açúcar e trigo) e de extensão rural. Além disso, foram extintos vários Institutos, como o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) e o IBC (Instituto Brasileiro do Café). Com a Resolução do Concex n. 155, de maio de 1989, foram eliminadas as barreiras não tarifárias sobre as importações de vários produtos. Como reflexo dessas mudanças, a modernização agrícola tendeu a se concentrar ainda mais, tendo afetado inclusive a segurança alimentar interna. Em 1970, por exemplo, o Brasil importava 4% do alimento que consumia; em 1985, já importava em torno de 20%.

Apesar de ter realizado todas essas mudanças no seu sistema de políticas agrícolas, em 1991, o Brasil era considerado o país que dispunha do sistema de políticas agrícolas mais completo e intervencionista do

MERCOSUL (LOPES, 1996). Além disso, vale salientar que os processos de mudanças no Brasil foram marcados por idas e vindas, acompanhando as mudanças conjunturais nos níveis da política e da economia. Por exemplo, enquanto o ano 1990 foi marcado por intensa liberalização, o de 1992 foi marcado por um grande recuo, com a reintrodução dos sistemas de preços mínimos e de crédito rural esquecidos alguns anos antes. A verdade é que no curso da história recente, o Brasil se mostrou bastante voluntarista.

No Brasil, 1991 é o ano das grandes reformas nas políticas agrícolas, com a adoção da primeira Lei agrícola nacional (n. 8.171) e de uma Lei complementar (n. 8.174). Essa Lei visava essencialmente dar maior transparência às ações do Estado e abrir o espaço para o mercado. A Lei propõe o aumento da participação do setor privado na comercialização de produtos agrícolas, a redução da participação do Estado na importação de produtos agrícolas e a definição de regras claras no controle público dos estoques. No início de 1992, todas as barreiras não tarifárias para o comércio de arroz, soja e fibras foram abolidas, e os diferenciais entre as taxas de juros rurais e os do mercado foram reduzidas, encarecendo o crédito. Do mesmo modo que a Lei americana de 1996, a nova lei introduz a agricultura brasileira nas dinâmicas da globalização (anunciadas pelas negociações em curso no GATT e no MERCOSUL), o que significa um maior grau de liberalização, de privatização e de flexibilidade.

Os instrumentos mais importantes previstos na Lei agrícola referem-se ao crédito agrícola, ao programa de competitividade agrícola, ao planejamento público indicativo para as atividades agrícolas (incluindo a zonagem agrícola e a regionalização dos preços dos produtos e dos insumos), a participação dos produtores (organizados por produtos) nas tomadas de decisões através das câmaras setoriais e a definição de instrumentos, favorecendo a integração nas cadeias de produção. Desde 1991, várias outras medidas foram adotadas, todas levando a uma crescente flexibilização e desregulação do setor. Finalmente, o setor agrícola foi oficialmente assumido como um setor heterogêneo, permitindo, des-

se modo, intervenções pontuais ou dirigidas, como é o caso do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF).

Com base nesta lei de 1991, o governo brasileiro publica a cada ano um novo Pacote agrícola contendo as regras para o setor. Isso não significa, no entanto, que os benefícios anunciados no Pacote serão automaticamente concedidos aos agricultores. Por exemplo, no ano agrícola 1995/1996, o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que constitui um dos programas no interior do PRONAF, previa 200 milhões de dólares para crédito. De acordo com dados oficiais do Banco do Brasil, unicamente 20% deste crédito foi distribuído e o número de contratos foi de apenas sete mil (DESER, Boletim da Conjuntura Agrícola, n. 72, 1996). Entre o dispositivo legal e o acesso ao benefício, institui-se uma série de obstáculos que bloqueiam ou desencorajam os agricultores à busca do benefício. Ou seja, emerge aqui novamente um dos traços marcantes da própria cultura brasileira, o dilema opondo o real e o anunciado.

Finalmente, convém ressaltar dois pontos (que serão retomados em seguida). Primeiro, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, no Brasil ainda não se resolveu um problema estrutural ligado à agricultura: o problema da distribuição da terra (BAUDEL WANDERLEY, 1996). Segundo, neste País, a participação dos agricultores nos fóruns de tomada das decisões políticas relativas ao rural e ao agrícola sempre foram e continuam seletivas e excludentes. Ela se faz notadamente através do grupo de ruralistas do Congresso Nacional e da ocupação de cargos públicos. Como veremos em seguida, em ambos os casos, a participação é altamente seletiva.

AS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DOS AGRICULTORES

Os Agricultores Americanos, do Produtivismo à Globalização

A partir dos anos 1970, nos Estados Unidos, os novos problemas sociais colocados a nu pela crise passaram a afetar as organizações dos agricultores. Com a crise, emergiu um setor agrícola constituído por uma

multiplicidade de cadeias especializadas, no interior das quais os agricultores se dividiam entre os competitivos e os precarizados. Com isso, inicialmente os agricultores foram imersos em um estado de perplexidade para, em seguida, mudarem no plano das reivindicações, das estratégias e das formas de organizações. Pouco a pouco, o setor agrícola americano se transformou em campo de batalha. Para entender isso, é necessário resgatar, mesmo rapidamente, a história das organizações de agricultores desse país.

Desde o século passado, os agricultores americanos criaram um sistema de organizações sociais e cooperativas muito complexo, vasto e poderoso, ao qual se vincula a quase totalidade dos agricultores, de modo que, mesmo hoje, quase não existe nos Estados Unidos agricultor sem vínculo com alguma organização. Trata-se de uma centena de instituições nacionais e de milhares de grupos mais ou menos locais, frequentemente autônomos, que perseguem objetivos variados e mesmo opostos. No livro *Farmers and Farm Workers' Movements* (1995), Mooney e Majka traçam um painel completo e rico a este respeito.

No nível dos grandes sindicatos, os agricultores americanos contam atualmente com a *Grange*¹, criada em 1870, o *American Farm Bureau*, criado em 1910, o *National Farmers' Union* (NFU), criado em 1902, no Texas, e o *National Farmers' Organization* (NFO), criado em 1955, no Iowa e no Missouri. Ao ser criado, o NFO pretendia ser uma organização de caráter político, defendendo posições radicais. Ele se opunha essencialmente ao *Farm Bureau*, que era então o sindicato mais alinhado ao sistema oficial de políticas agrícolas. Desde o final do século passado, essas quatro organizações, além da *Farmers' Alliance*, criada em 1877, no Texas, disputaram a hegemonia da representação dos agricultores americanos. A partir dos anos 1950, com a crescente especialização da agricultura, e sobretudo após 1970, com a crise, esta representação passou a ser disputada por outras formas de organizações, especializadas ou locais.

¹ A *Grange* foi a primeira organização de agricultores americanos. Tanto ela quanto a *Order of the Patrons of Industry* repousavam sobre concepções populistas.

No final dos anos 1980, a *American Farm Bureau* era considerada a mais importante entre as quatro grandes organizações sindicais agrícolas americanas. Em termos políticos, ela propunha a redução da intervenção do Estado nos mercados agrícolas, situando-se, assim, a favor da corrente. No outro extremo, o NFO, que se situava mais próximo dos setores empobrecidos, defendia posições radicalmente protecionistas, candidando-se, desse modo, para porta-voz dos novos movimentos de agricultores, que emergiam sobretudo nos setores marginalizados da agricultura. No final dos anos 80, o NFU reivindica um maior poder de decisão para os agricultores inseridos nas cadeias, aproximando-se assim das posições defendidas pelas cooperativas.

Voltando um pouco no tempo, durante os anos 50, foram criadas e ganharam cada vez mais importância as associações de caráter especializado (por produto), visando dar mais agilidade às organizações dos agricultores no seio de uma agricultura cada vez mais especializada ou diferenciada (MOONEY e MAJKA, 1995). As mais importantes dessas organizações foram as associações nacionais de produtores de trigo, de leite, de soja, de milho e a associação de pecuaristas. Até os anos 70, elas participavam de grandes sindicatos e defendiam posições políticas frequentemente ambíguas. No entanto, após 1970, com o crescimento da produção voltada para a exportação, os agricultores passaram a se identificar de modo cada vez mais claro com as organizações por produto (DEBAILLEUL e EHRENSAFT, 1987). Nesse momento, o eixo das estratégias das organizações de agricultores se desloca mais claramente do confronto para a negociação. Ou, como sublinham LOBÃO e THOMAS (1992), após 1970, na medida em que a crise agrícola avança, diminui o radicalismo militante dos agricultores. Enquanto uma parcela dos agricultores aposta nas negociações no interior das cadeias, a outra acredita nas parcerias desenvolvidas no nível local (MOONEY e MAJKA, 1995).

Na medida em que a crise explicitava a existência de uma agricultura heterogênea, ela favorecia a busca diferenciada de respostas. Foi assim que, em 1970, os agricultores do Colorado e de outros Estados americanos deram origem a novos movimentos sociais, de cunho local e cen-

trados em questões específicas, sejam étnicas, sociais (a pobreza e a exclusão), políticas, regionais ou ambientais. Os símbolos utilizados pelos movimentos eram muito variados, podendo ser religiosos, culturais ou políticos. Mais tarde, partindo desses movimentos pulverizados, foram constituídas redes em vários níveis e, em 1977, foi criado o *American Agriculture Movement*, com o objetivo de coordenar esses movimentos locais (BURBACH e FLYNN, 1980).

Durante os anos 1980, o individualismo atingiu um grau extremo na agricultura americana, sobretudo após a criação do *National Family Farm Coalition* (NFFC). Do ponto de vista dessa organização, a família agrícola seria a maior vítima das transformações em curso na agricultura americana. Com a criação do movimento, os agricultores queriam mostrar que os processos em curso destruíam vidas pessoais, sobretudo de mulheres e de jovens. Nesse mesmo período, foi criada a *North American Farm Alliance* (NAFA), baseada nas idéias do antigo populismo dos Estados Unidos (MOONEY e MAJKA, 1995). Vale ressaltar ainda que, através dessas organizações, os agricultores resgataram o rural, que ficara encoberto pela agricultura durante quase meio século, de modo que os novos espaços construídos envolvem atividades bastante diversas, como a agricultura (nas suas várias formas) e o turismo.

Com a criação do AAN, NFFC e NAFA durante os anos 1980, evidencia-se a divisão entre os agricultores americanos no plano das organizações, levando o antigo sindicalismo a perder muitos associados. Atualmente, as grandes organizações sindicais americanas representam essencialmente a agricultura de massa, competitiva e voltada para os grandes mercados, de modo que as questões locais, ambientais, de gênero e outras, se subordinam às questões gerais, particularmente ao aumento da capacidade de competição. Do outro lado, as novas organizações estão mais preocupadas com questões específicas, locais e individuais, estando mais atentas ao desenvolvimento rural.

Ao longo da história, além das organizações sindicais e dos novos movimentos sociais, os agricultores americanos criaram também organi-

zações cooperativas, que se especializaram nas áreas do fornecimento para os agricultores, da comercialização dos produtos destes, dos serviços, do transporte, da estocagem, da pesquisa e do crédito agrícola. Em geral, desde o princípio, as cooperativas são mais especializadas do que os sindicatos. As mais poderosas delas estão ligadas aos setores de grãos, leite, frutas, carne bovina e aves. Em termos de capital, várias destas cooperativas classificam-se entre as 500 mais importantes empresas do país. No final dos anos 70, as cooperativas agrícolas americanas eram responsáveis notadamente por 89% do comércio de leite, 50% de legumes, 38% de cereais e 28% de aves.

A partir dos anos 1970, com a crise da agricultura, essas cooperativas investiram em novas estratégias visando obter o monopólio no setor onde atuam. Com esse objetivo, elas passaram a articular verdadeiros conglomerados de cooperativas, ou redes de comercialização e de pesquisa, tanto ao nível nacional como internacional. Apesar disso, no final dos anos 80, elas entraram num período de grave crise financeira e de identidade (COOK, 1997), que tem levado muitas delas à falência. As que restaram, passaram a investir em qualidade, pretendendo transformar-se em grandes empresas, aproveitando inclusive as várias brechas legais que favorecem as empresas cooperativas.

As Experiências Sociais dos Agricultores nos Países do MERCOSUL

No Brasil, da mesma forma que nos Estados Unidos, as primeiras organizações sindicais de agricultores foram criadas ainda no século passado. Nos Estados Unidos, como nós vimos, essas organizações vinculavam-se particularmente aos agricultores familiares e tiveram caráter populista e militante. Já no Brasil, em função até do próprio modo excludente como se estruturava então o setor agrícola e mesmo o sistema político e social nacional, elas foram marcadas pelo conservadorismo e pela repulsa às demandas sociais dos agricultores familiares e dos assalariados agrícolas.

A primeira dessas organizações foi a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), criada ainda no final do século passado. Mais tarde, já durante os anos 1920, foi criada a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Enfim, durante os anos 1930, criou-se a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Atualmente, todas essas organizações representam um dos segmentos da agricultura brasileira, ou seja, o que nós chamamos o segmento patronal. Nesse nível patronal, os agricultores brasileiros criaram ainda outros tipos de organizações, vinculadas às grandes cadeias agroexportadoras, como as de café, cacau, açúcar e pecuária.

Durante os anos 1930, com o getulismo, o Estado passa a interferir nas organizações sindicais, tanto urbanas quanto rurais, definindo quais seriam as representações profissionais oficialmente aceitas. No caso dos agricultores, enquanto o setor patronal seria representado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o setor familiar e assalariado seria aglutinado em uma única organização, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Ambas ainda não existiam, tendo sido criadas em virtude do ato oficial. Ainda atualmente, cada uma dessas duas confederações aglutina oficialmente as federações (estaduais) e os sindicatos (municipais) de suas respectivas categorias. Vale ressaltar, no entanto, que com esse ato impositivo do governo federal, as outras organizações patronais então existentes não foram extintas e continuam vivas até hoje. Mas, ao mesmo tempo, estabelece-se uma espécie de ambigüidade, opondo as representações formais ou legais e as representações informais ou reais (SILVA, 1993).

Ainda no setor patronal, com a modernização da agricultura após os anos 1960, e com a crescente especialização no setor modernizado, crescem os sinais indicando o esvaziamento da CNA. Já durante a ditadura militar, freqüentemente, o próprio sistema cooperativo tinha uma capacidade representativa maior que a CNA (SILVA, 1993). No entanto, após 1970, uma parcela de grandes agricultores modernizados passou a organizar-se por produto ou no interior do que SILVA chama "complexos agroindustriais". Nesse processo, em 1992, foi criada a Associação Brasileira de Agrobusiness (ABAG), que se define como representante dos

complexos agroindustriais brasileiros. Desde então, proliferaram em todo o Brasil as organizações representativas dos setores agrícolas empresariais, como a Associação dos Irrigantes da Bahia (AIBA), com sede em Barreiras, e a VALEXPOR, com sede em Petrolina (Pernambuco). Ambas são associações com fins específicos, incluindo por exemplo a definição de estratégias de comercialização, a pesquisa agropecuária e a defesa dos interesses dos agricultores locais.

Ao longo da história, essas organizações patronais sempre ocuparam grandes espaços no Congresso Nacional, onde se aglutinam atualmente no Bloco Parlamentar Agrícola, e nos altos escalões dos governos federais e estaduais, defendendo posições ao mesmo tempo modernizantes (nos planos tecnológico e econômico) e conservadoras (nos planos político e social). Nas últimas décadas, invariavelmente, é nas mãos deste setor que têm esbarrado as reivindicações relativas a mudanças no plano fundiário.

Em 1939, de acordo com ato governamental, os agricultores familiares e os assalariados rurais ganharam a faculdade de se fazerem representar através da CONTAG. No entanto, até 1961, esses agricultores criaram vários tipos de organizações, especializadas ou gerais, locais, regionais ou nacionais, tais como as Uniões, os Sindicatos e as Ligas camponesas. Invariavelmente, essas organizações foram duramente reprimidas tanto pelas forças públicas quanto privadas (MARTINS, 1981). Em 1961, foi criada a CONTAG, através da junção de forças políticas divergentes, representadas sobretudo pela Igreja Católica e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com o golpe militar de 1964, todas essas organizações foram colocadas na ilegalidade, exceto a CONTAG, que passou a ser imposta para o conjunto dos agricultores familiares e assalariados rurais.

A CONTAG nasceu num período considerado democrático, mas marcada pela submissão aos códigos legais originados do fascismo italiano e do getulismo brasileiro, constituindo uma estrutura piramidal, rígida e controlada pelo Ministério do Trabalho. Em 1967, juntamente com inúmeros sindicatos, a CONTAG sofreu intervenção da ditadura militar, e

o governo passou a utilizá-la como instrumento para administrar os conflitos no campo. Rapidamente, ela se afastou das grandes questões sociais que lhe deram origem, para se tornar um sindicalismo assistencialista, clientelista e subserviente. Este foi, pode-se dizer, o segundo nascimento da CONTAG. A partir de então, o sindicalismo se expandiu rapidamente, com a criação de centenas de entidades com fins sobretudo assistencialistas (FAVERO, 1993). No entanto, até hoje, a representatividade real do sindicalismo agrícola familiar é extremamente frágil, tendo em vista, por exemplo, que a taxa de agricultores sindicalizados no Brasil sempre esteve abaixo dos 15%.

Desde os anos setenta, com a difusão da modernização conservadora e seletiva da agricultura, a CONTAG foi novamente abalada. Nesse momento, a maioria dos sindicatos encontrava-se nas mãos de diretores burocratas e subordinados aos poderes locais, exercendo o papel de mediadores entre o Estado e os agricultores no fornecimento de guias de atendimento médico e ambulatorial. Descontentes com a situação, uma parte dos agricultores decide criar organizações paralelas. Com a "democratização" política durante os anos oitenta, fazendo emergir os problemas acumulados no período da ditadura, a crise acabou por se instalar definitivamente na estrutura sindical rural brasileira. Pouco a pouco, os agricultores descobrem que o sindicalismo rural existe, na verdade, para impedir a sua participação política.

Com o fim da ditadura militar, emerge no campo uma multiplicidade de novas formas organizacionais, sobretudo de caráter local. O Movimento dos Sem-Terra (MST) é a expressão maior desse novo momento, constituído também do que se chamou novo associativismo rural ou comunitário. Do lado patronal, para fazer frente ao crescimento do MST, que se transformou no maior movimento popular brasileiro dos anos 90, foi criada a União Democrática Ruralista (UDR), uma organização truculenta que passou a aglutinar os setores mais reacionários da agricultura brasileira. Para impor-se como formas representativas reais, essas novas organizações tiveram que enfrentar o sistema sindical oficial, que pretendia conservar o monopólio da representação universal dos a-

agricultores. Desde os anos 80, a CONTAG, por exemplo, da mesma forma que o Estado, foram obrigados a aceitar essas novas formas de representação dos agricultores.

A partir de 1986, muitas dessas organizações de agricultores familiares, novas e velhas unidas, passaram a articular-se para a criação de redes em vários níveis, desde locais até transnacionais. As duas expressões maiores dessas novas experiências são, no plano nacional, o movimento Grito da Terra e, no plano supranacional, as articulações com vistas ao enfrentamento das negociações do MERCOSUL. De acordo com relatório publicado pelo RIAD/CEPA (1995), entre 1988 e 1995, mas sobretudo após 1991, quando foi assinado o Tratado criando o MERCOSUL, foram realizados pelo menos 14 encontros supranacionais entre organizações de agricultores familiares dos países da região. Entre as redes criadas, a mais conhecida foi a chamada Rede Interamericana Agricultura e Democracia (RIAD).

No Brasil, os agricultores participantes dessas redes eram quase todos provenientes dos Estados do Sul. Isso se deve ao fato que, segundo várias pesquisas (Coordinación Ejecutiva de Organizaciones de los Productores Familiares del ambito del MERCOSUR, 1995; RODRIGUES, 1994), a agricultura dessa região se situa entre as mais expostas à concorrência dos países vizinhos, devido à proximidade regional e aos tipos de produtos cultivados. Vale notar, ainda, que a maior parte das organizações integrantes dessas redes representavam particularmente os agricultores marcados por situações de precariedade e de exclusão. Ou seja, os agricultores especializados contam entre os excluídos dessas redes, já que não participam do sindicalismo e de movimentos sociais regionais.

Ao lado das organizações sindicais, os agricultores brasileiros desenvolveram um sistema cooperativo, centralizado na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Em 1987, a OCB agrupava 1.319 cooperativas de agricultores, representando 12% dos agricultores brasileiros, o que indica a fragilidade dessa forma organizativa. A maioria dos associados

eram agricultores familiares, já que mais de 70% deles têm menos de 50 hectares de terra (RICKEN, 1989).

No que se refere à distribuição regional, 303 (23%) destas cooperativas estavam localizadas nos três Estados do Sul do País, e representavam aproximadamente 58% do patrimônio cooperativo agrícola brasileiro, 35,5% do valor da produção cooperativa e 46,2% das receitas. Segundo SCHNEIDER (1981), em 1975, no auge do período da modernização da agricultura brasileira, 70% do crédito cooperativo do País passou por estas cooperativas.

No plano internacional, no final dos anos 80, as cooperativas do Sul do Brasil eram responsáveis por apenas 1,4% do total das exportações brasileiras de produtos agroalimentares, e de apenas 2% quando nos referimos ao comércio intra-MERCOSUL (RICKEN, 1989). No entanto, já a partir de 1986, elas desencadearam um processo visando se integrarem com os sistemas cooperativos dos países vizinhos e da União Européia. Em vista disso, elas chegaram a assinar alguns acordos, referendando de modo especial a transferência de tecnologias e as viagens de estudos. Em seguida, elas criaram o MERCO-COOP, um organismo integrando cooperativas de agricultores dos países membros do MERCOSUL (RODRIGUES, 1994).

Em 1995, de acordo com o resultado de uma pesquisa realizada pelo DESER (1995), as cooperativas agrícolas brasileiras estavam mergulhadas em profunda crise econômica e estrutural, ao mesmo tempo em que buscavam uma adaptação às dinâmicas globais, com a criação de cooperativas centrais. Ao que parece, a crise que abalou o cooperativismo americano durante os anos 80, atinge o Brasil dez anos mais tarde.

Vale salientar, ainda, que a agricultura brasileira atual, principalmente as cadeias modernizadas de leite, suínos, fumo e trigo, são controladas por grandes monopólios (DESER, Boletim da agricultura familiar no MERCOSUL, n. 4, 31-7-1995) que subordinam os agricultores, impedindo até mesmo a sua sindicalização (LEROY, 1997; HUMPHREY, 1995). Estes, pelo fato de não contarem com organizações sociais que os representem (sindicatos ou associações), desenvolvem relações individuais com as

empresas. Em muitas dessas cadeias, as próprias cooperativas de agricultores são marginalizadas e subordinadas às decisões desses monopólios. Durante os anos 80 e 90, os agricultores brasileiros especializados e integrados às grandes cadeias de produção foram obrigados pelas empresas e por grandes cooperativas a acelerarem os processos de integração de novas tecnologias (DESER, Boletim da agricultura familiar no MERCOSUL, n. 1, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este texto pretendemos mostrar que a crise dos anos 70 e os debates visando os Acordos do GATT e a estruturação de blocos regionais, como o NAFTA e o MERCOSUL, fizeram emergir uma realidade social rural e agrícola bastante heterogênea. Frente às dinâmicas da globalização emergiram, por exemplo, três categorias de agricultores (integrados, precários ou bloqueados e excluídos), esta última unicamente no Brasil. Além dessas categorias de agricultores,² a crise provocou o reaparecimento da questão rural, envolvida pela idéia de espaço/tempo fragmentado e construído pelos atores presentes, ligados por laços de parceria. Mais que isso, nesse novo quadro, fica novamente evidente que o rural não se esgota no agrícola.

Nos contextos ao mesmo tempo locais e transnacionais, geralmente mais locais que transnacionais, os agricultores desenvolvem novas experiências, criam novas organizações, definem novas estratégias de ação, estabelecem novas formas e conteúdos de relações com o Estado e com atores privados e geram novas reivindicações. Esse mundo fragmentado, favorece o desenvolvimento de um processo de crescente fragilização do conjunto dos atores agrícolas e rurais. Até mesmo os agricultores integrados encontram-se nessa situação, na medida em que se deparam com atores poderosos (industriais ou comerciais), que definem as estratégias gerais das cadeias agroalimentares. No Brasil, os agricultores familiares

² Tipificação que esconde uma realidade ainda mais heterogênea.

inseridos nesses contextos não contam, em geral, com formas organizativas, o que os deixa ainda mais em situação de vulnerabilidade frente a esses atores.

Espaços de ação, formas de organizações e principais reivindicações, segundo as categorias dos agricultores

Categorias de agricultores	Espaços privilegiados de ação	Formas privilegiadas de organizações	Reivindicações principais
Integrados	Cadeias agroalimentares	Sindicatos, cooperativas e associações especializadas	Participação na renda
Precários	Comunidades rurais locais e redes	Associações locais e redes	Políticas de desenvolvimento
Excluídos	Comunidades rurais locais e redes	Movimentos	Terra e condições de trabalho

Na medida em que a realidade social é concebida em termos de fragmentação, ela insere em seu âmago a precarização e a exclusão social. Enquanto a precarização constitui uma das dimensões essenciais da realidade rural/agrícola dos dois países, a exclusão constitui um fenômeno particularmente brasileiro. Como sublinhamos, não se trata de uma realidade nova no Brasil. No entanto, ela ganha uma nova dimensão na medida em que a concepção geral da realidade transita de um paradigma universalista para outro pautado pela idéia de fragmentação. Retomando TOURAINE (1991), nessa nova realidade, a exclusão constitui mais um problema social ou político, como o fôra a exploração, mas essencialmente cultural. Na medida em que o excluído é um "sobrenumerário" (CASTEL, 1995), a sua situação e o seu desespero não geram mais remorsos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo
 1992 **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Rio de Janeiro: Campinas: Hucitec/ANPOCS/UNICAMP.
- BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth
 1996 Les impasses de l'agriculture moderne au Brésil. **Cahiers du Brésil Contemporain**. n. 27/28, p. 115-137.

- BARKIN, David, BATT, Rosemary, DEWALT, Billie.
1994 La situación entre los granos de América Latina. In TWOMEY, Michael, HELWEDGE, Ann. **Modernización y estancamiento. La agricultura latinoamericana en los años noventa**. Mexico: Fondo de Cultura Económica. p. 21-65.
- BARSKY, Osvaldo
1994 Transformaciones productivas y sociales en la Pampa argentina. In: TWOMEY, Michael J., HELWEDGE, A. **Modernización y estancamiento. La agricultura latinoamericana en los años noventa**. Mexico: Fondo de Cultura Económica. p. 67-92.
- BURBACH, Roger, FLYNN, Patricia
1980 **Agribusiness in the Americas**. New York, Monthly Review.
- CASTEL, Robert
1995 **Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat**. Paris: Fayard.
- CASTLE, Emery
1993 Rural diversity: an American asset. In: GAHR, William (ed.). **The Annals of the American Academy of Political and Sociological Science**. Rural America: blueprint for tomorrow. v. 529. p. 12-21.
- CHONCHOL, Jacques
1994 **Sistemas agrarios en América Latina. De la etapa prehispánica a la modernización conservadora**. México: Fondo de Cultura Económica.
- COCHRANE, Willard W.
1979 **The development of American agriculture: a historical analysis**. Minneapolis: University of Minnesota.
- COOK, Michel L.
1997 Organizational structure and globalization: the case of user oriented firms. In: NILSSON, Jerker, VAN DIJK, Gert (ed.). **Strategies and structures in agro-food industries**. Assen: Van Gorcum. p. 77-93.
- COORDINACIÓN
1995 Ejecutiva de Organizaciones Representativas de los Productores Familiares del Ambito del MERCOSUR. La agricultura familiar en los procesos de integración regional. In: SEMINARIO TALLER INTERNACIONAL. **Relatório**. Montevideo.
- DEBAILLEUL, Guy
1989 **L'évolution de la politique agricole américaine: une approche régulationniste**. Paris-Grignon. Thèse (Doctorat). Institut National Agronomique.
- DEBAILLEUL, Guy, EHRENSAFT, Philip
1987 Crise de l'agriculture et de la politique agricole américaine. **Cahiers de Recherche Sociologique (UQAM)**. v. 5, n. 1, Printemps.
- DESER
1995 **Diagnóstico da agroindústria e da produção de leite do Sudoeste do Paraná**. Curitiba. (Relatório de pesquisa).
- DESER
1995 Boletim da Agricultura Familiar no MERCOSUL. Curitiba, n. 4, jul.

- FAO
1992 **La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture**. Roma. FAO.
- FAVERO, Celso Antonio
1997 **Évolution de la dynamique socio-politique des agriculteurs et de leurs organisations dans le contexte de l'ALENA et du MERCOSUL: les cas du Québec (Canada) et du Sud-ouest du Paraná (Brésil)**. Tèse de doctorat. Montréal. UQAM.
- FAVERO, Celso Antonio
1993 O sindicalismo rural na Bahia - um quadro de crise. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 147, p. 40-53, set./out.
- FUKUYAMA, Francis
1996 **Confiança. As virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco.
- GEREFFI, Gary, KORZENIEWICZ, Miguel, KORZENIEWICZ, Roberto
1994 Introduction: global commodity chains. In: GEREFFI, G., KORZENIEWICZ, M. **Commodity chains and global capitalism**. Westport, Greenwood. p. 1-15.
- GREEN, Raul, ROCHA DOS SANTOS, Roseli
1993 Economie de réseau et chaîne agro-alimentaire. In: GREEN et al. **Brésil, un système agro-alimentaire en transition**. Paris: IHEAL. p. 11-41.
- GUYOMARD, Jacques
1995 **L'intégration de l'environnement dans les politiques intracommunautaires**. Rennes: Apogée.
- HALLAM, A.
s.d. **Size, structure, and the changing face of American agriculture**. S.l., Westview, p. 30-41.
- HUMPHREY, John
1995 Nuevas fuentes de competitividad manufacturera: organización de la producción y relaciones interempresariales. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 57, n. 4, p. 211-226, oct./déc.
- JOYAL, André, JEAN, Bruno
1994 La réactualisation rurale à travers l'action partenariale: le programme canadien de développement des collectivités. **Cahiers Agricultures**. n. 3, p. 109-117.
- LEFEBVRE, Henri
1986 **La production de l'espace**. Paris. Anthropos.
- LEROY, Jean-Pierre
1997 Da comunidade local às dinâmicas microregionais na busca do desenvolvimento sustentável. **Proposta (FASE)**. n.71, fev. p. 17-25.
- LITWIN, Howard (ed.)
1996 **The social networks of older people: a cross-national analysis**. Westport: Praeger.
- LOBÃO, Linda, THOMAS, Pamela
1992 Political beliefs in an era of economic decline: farmers attitudes toward state economic intervention, trade, and food security. **Rural Sociology**, 54/7, p. 453-475.

- LOPES, Mauro de Rezende
1996 Mercados agrícolas e o processo de integração no MERCOSUL. In: BRANDÃO, Antonio Salazar et al. (org.). **MERCOSUL. Perspectivas de integração**. Rio de Janeiro: FGV. p. 203-226.
- MARTINS, José de Souza
1989 **Caminhando no chão da noite**. S. Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza
1981. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes.
- MOONEY, Patrick, MAJKA, Theo
1995 **Farmers' and workers' movements: social protests in American agriculture**. New York: Twayne.
- MOUNIER, Alain
1992 **Les théories économiques de la croissance agricole**. Paris: INRA-Economica.
- NILLSON, Jerker, VAN DIJK (eds.)
1997 **Strategies and structures in agro-food industries**. Assen: Van Gorcum.
- OCDE
1996 **Formular les meilleures politiques pour le développement rural**. Paris: OCDE.
- OCDE
1996 **Politiques, marchés et échanges agricoles dans les pays de l'OCDE. Suivi et évaluation 1996**, Paris: OCDE. (Rapport).
- REVEL, Alain, RIBOUD, Christophe
1981 **Les Etats-Unis et la stratégie alimentaire mondiale**. France: Calmann-Levy.
- RIAD/CEPA
1995 **Relatório geral**. Porto Alegre.
- RICKEN, José Roberto
1989 As cooperativas agrícolas sul-brasileiras e o novo contexto criado pelos acordos de cooperação Brasil/Argentina. In: SEMINÁRIO SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA NOS ANOS 90: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. **Anais**. Curitiba. p. 123-132.
- RODRIGUES, Roberto.
1994 O MERCOSUL e a agricultura brasileira. In: BATISTA, Luis Olavo, AZEVEDO MERCADANTE, Araminta, BORDA CASELLA, Paulo. **MERCOSUL, das negociações à implantação**. São Paulo: LTR.
- SCHERER-WARREN, Ilse
1993 **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola.
- SCHNEIDER, João Elmo
1981 O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita (org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. S. Paulo: Cortez, p. 11-40.
- SILVA, José Graziano da
1994 Complejos agroindustriales y otros complejos. **Agricultura y Sociedad**, n. 72, p. 205-240, jul./set.

- SILVA, José Graziano da
1993 Las organizaciones profesionales en la moderna agricultura brasilena. **Agricultura y Sociedad**, n. 68/69, p. 195-218, jul./dez.
- TEISSERENC, Pierre
1994 **Les politiques de développement local**: approches sociologiques. Paris: Economica.
- TOURAINÉ, Alain
1991 Face à l'exclusion. In BEAUDRILLARD, J. (dir.). **Citoyenneté et urbanité**. Paris: Esprit.
- VELTZ, Pierre
1996 **Mondialisation, villes et territoires**: l'économie d'archipel. Paris: l'Université de France.
- WINSON, Anthony
1993 **The intimate commodity**: food and the development of the agro-industrial complex in Canada. Toronto: Garamond.
- WUHL, Simon
1992 Chômage d'exclusion et politiques d'insertion. In: FERREOL, Gilles, MICHEL Autés (eds.). **Intégration et exclusion dans la société française contemporaine**. Lille: Universitaires de Lille. p. 157-188.